

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2004

ETAPA N. 01

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

MARÇO DE 2005

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
2. Confira se o seu caderno está completo.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas. Controle o tempo! Só será permitida a saída do candidato após o decurso de 1 hora do início da prova.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova. Leia com bastante atenção os enunciados.
6. A folha de respostas não poderá ser rasurada, devendo ser marcada uma única opção para cada questão, sob pena de a resposta ser considerada errada.
7. Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
8. Usar apenas caneta de tinta azul ou preta.
9. O porte ou uso de telefone celular ou qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas é terminantemente vedado, inclusive a sua colocação sobre a mesa do candidato, devendo o aparelho ser desligado antes do início das provas.
10. Qualquer identificação ou sinal que identifique o candidato fora do impresso próprio destinado a tal fim na folha de respostas implicará na nulidade da prova.
11. Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.

BOA SORTE!

QUESTÕES DA PROVA

1) Analise as proposições abaixo, observadas as disposições do Código Civil, e assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas a alternativa III estiver correta.
- e) Se apenas a alternativa II estiver incorreta.

I - Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, que deverá ser levado a efeito no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

II - A sociedade cooperativa tem como características, dentre outras: a variabilidade, ou dispensa do capital social; o concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo; a limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar.

III - Sociedades em comandita por ações são aquelas que têm o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, operando sob firma ou denominação, em que somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, na qual, havendo mais de um diretor, eles serão solidariamente responsáveis, depois de esgotados os bens sociais.

IV - Na sociedade em comandita simples, sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações da sociedade e de lhe fiscalizar as operações, não pode o comanditário praticar qualquer ato de gestão, nem ter o nome na firma social, sob pena de ficar sujeito às responsabilidades de sócio comanditado, não podendo, sequer, ser constituído procurador da sociedade em qualquer hipótese.

V - No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade e o excesso por parte dos administradores não pode, em qualquer hipótese, ser oposto a terceiros.

2) Em relação aos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, pode-se dizer que:

I - Ocorrendo a figura da litispendência, em virtude da existência de 2 (dois) processos com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo objeto, suspende-se o segundo processo até julgamento final do que foi distribuído em primeiro lugar.

II - Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes, cabendo ao autor o pagamento das custas processuais.

III - O acesso a uma ordem jurídica justa, por intermédio do processo, implica na ampla admissão de pessoas e causas, não podendo o juiz limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.

IV - A suspensão do processo por convenção das partes, nunca poderá exceder 12 (doze) meses; findo o prazo, o juiz ordenará o seu prosseguimento.

V - Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando as partes, logo após a defesa, celebrarem acordo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa II está correta.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.
- e) Apenas a alternativa V está incorreta.

3) Considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, no Código de Processo Civil, atentando para a jurisprudência firmada pelo TST, analise as questões abaixo e assinale:

- a) Se as alternativas II, IV e V estiverem corretas e as alternativas I e III estiverem incorretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas I, II, III e IV estiverem corretas e a alternativa V estiver incorreta.
- d) Se as alternativas I, II, IV e V estiverem corretas e a alternativa III estiver incorreta.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

I - No caso de conciliação, o termo de acordo valerá como decisão irrecurável, transitando imediatamente em julgado e só poderá ser desconstituído através de ação rescisória.

II - As sentenças definitivas são aquelas que, julgando o mérito da ação, põem fim ao processo, resolvendo a lide, ainda que em processo incidental; as sentenças terminativas põem fim à ação, mas sem julgamento do mérito.

III - A eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, é denominada de coisa julgada material.

IV - A nulidade pode ser declarada de ofício pelo juiz, enquanto a anulabilidade deve ser declarada mediante o requerimento de uma das partes, exceto por aquela que lhe deu causa.

V - Nas audiências unas, os litigantes serão notificados da sentença, pessoalmente, ou por seu representante, na própria audiência. No caso de réu revel, a notificação se fará através de registro postal, com presunção de recebimento no prazo de 48 horas após sua regular expedição. O seu não recebimento neste prazo constitui ônus probatório do destinatário.

4) No que diz respeito à relação de emprego, pode-se afirmar que:

I - Considera-se serviço voluntário, que não gera vínculo empregatício, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública, ou à instituição privada, de qualquer natureza, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

II - Observando o que dispõe a legislação eleitoral, é correto afirmar que a contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais gera vínculo empregatício com o candidato, respondendo solidariamente o partido político do contratante.

III - O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista.

IV - O dispositivo do Código Civil no sentido de que a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato, não se aplica no âmbito do direito do trabalho, pois é exclusivamente do empregador o risco pela atividade econômica exercida.

V - São elementos conceituais e imprescindíveis à formação do liame empregatício a onerosidade, a não eventualidade, a exclusividade e a subordinação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item V está incorreto.
- b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

5) Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas a alternativa II estiver incorreta.
- e) Se apenas a alternativa III estiver incorreta.

I - O fato jurídico é denominado involuntário ou *stricto sensu*, quando se cuida de acontecimento que independe da vontade humana e de acontecimento onde até pode existir a participação da vontade humana para a realização do evento, mas ela não é considerada – no plano jurídico – importante ou eficiente, por si só, para a ocorrência final do fato.

II - Os atos jurídicos neutros são aqueles que podem ser considerados onerosos ou gratuitos.

III - O mútuo, o mandato e o depósito constituem atos jurídicos bifrontes, incolores ou indiferentes.

IV - O aviso prévio, o pedido de demissão e o ato patronal de despedir o empregado são atos jurídicos receptícios ou endereçados.

V - Os atos fiduciários são aqueles por meio dos quais transmitem-se direitos, mediante domínio resolúvel, a pessoa de confiança, para a sua utilização pelo fiduciário e cujo fim não corresponde exatamente à causa.

6) Leia as proposições abaixo e assinale a que for incorreta:

- a) Continua em pleno vigor e cada vez mais prestigiada a norma legal que só admite o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, após frustradas as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acordo correspondente.
- b) Após a Constituição de 1988, frustrada a negociação coletiva, e antes de ajuizar o Dissídio Coletivo, é direito de qualquer uma das partes requerer que o Tribunal do Trabalho, dentro de seu poder normativo, atue como árbitro para dirimir a controvérsia.
- c) O prazo de vigência da sentença normativa não poderá ser superior a 4 (quatro) anos.
- d) Nos termos do art. 620 da Consolidação das Leis do Trabalho, as condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo.
- e) Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito.

7) A respeito da organização, composição, funcionamento, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, não é correto afirmar que:

- a) Os Juízes do Trabalho são órgãos da Justiça do Trabalho, nos termos previstos pelo art. 111 da Constituição da República.
- b) Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- c) O parágrafo 2º. do art. 114 da Constituição da República faculta às partes, recusando-se qualquer delas à negociação coletiva ou à arbitragem, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, pouco importando as disposições convencionadas anteriormente.
- d) Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários, podendo funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- e) Com a Emenda Constitucional 45, de 08.12.2004, que atribuiu nova redação ao art. 114 da Constituição da República, a Justiça do Trabalho passou a ser competente para apreciar ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos antes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; para as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; para ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, e, ainda, para ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, dentre outros.

8) No que diz respeito à insalubridade e periculosidade, considerando o que está contido nos Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar, exceto:

- a) O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado.
- b) A verificação, mediante perícia, de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial prejudica o pedido, sob pena de o juiz proferir julgamento *extra* ou *ultra petita*.
- c) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.
- d) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- e) O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.

9) Analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- b) Se a afirmativa I for falsa e a II verdadeira.
- c) Se a afirmativa I for verdadeira e a II falsa.
- d) Se somente as afirmativas III, IV e V forem falsas.
- e) Se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.

I - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

II - Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

III - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

IV - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

V - As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

10) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Fato típico é o fato material, cujos elementos são a conduta, o resultado e o nexo causal, acrescido da tipicidade. Sem tipicidade, a conduta constitui um indiferente penal.

II - Incorre nas mesmas penas previstas no art. 296 do Código Penal, atinente à falsificação do selo ou sinal público, quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

III - A legítima defesa e o estado de necessidade constituem excludentes de tipicidade, não havendo crime quando o agente praticar o ato em tais hipóteses.

IV - A consumação do crime de constrangimento ilegal só ocorre no momento em que a vítima faz o que não é determinado pela lei ou deixa de fazer alguma coisa que a lei permite, em decorrência da grave ameaça ou violência que lhe reduziram a capacidade de resistência, tudo nos termos do art. 146 do Código Penal.

V - Quando alguém revela, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão da função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem comete o crime de violação de segredo profissional.

- a) A proposição I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) A proposição II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) A proposição III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são falsas.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

11) Acerca do dissídio coletivo, analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas I e II estiverem corretas e as alternativas III, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se as alternativas I, II, e IV estiverem corretas e as alternativas III e V estiverem incorretas.
- e) Se as alternativas I, III e IV estiverem corretas e as alternativas II e V estiverem incorretas.

I - Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

II - A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

III - Nas ações coletivas de competência da Justiça do Trabalho, as entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais terão o mesmo poder de representação dos trabalhadores empregados atribuído, pela legislação em vigor, aos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas.

IV - Julgada a ação de dissídio coletivo e não publicado o acórdão nos 20 (vinte) dias subsequentes ao julgamento, poderá qualquer dos litigantes ou o Ministério Público do Trabalho interpor recurso ordinário, fundado, apenas, na certidão de julgamento, inclusive com pedido de efeito suspensivo, pagas as custas, se for o caso. Publicado o acórdão, reabrir-se-á o prazo para o aditamento do recurso interposto.

V - O efeito suspensivo deferido pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho terá eficácia pelo prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, salvo se o recurso ordinário for julgado antes do término do prazo, sendo que a cassação de efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data do despacho que o deferiu.

12) Com relação à interrupção e suspensão do contrato de trabalho é correto afirmar:

- a) O direito do empregado, que tem seu contrato suspenso, às vantagens que, na sua ausência forem conferidas à categoria que integra na empresa, não está atrelado ao fato de terem sido elas concedidas com caráter geral.
- b) O prazo para retorno do empregado que tem seu contrato suspenso, ressalvadas as exceções admitidas em lei, deverá corresponder a trinta dias, contados da data em que cessou a causa suspensiva, não significando, entretanto, que fluído esse tempo, configurar-se-á o abandono de emprego.
- c) É computado, como tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, o período de prestação do serviço militar e do afastamento por acidente de trabalho, não implicando na continuidade dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- d) Tratando-se de paralisação temporária da empresa, determinada pelo empregador por falta de matéria prima, é inquestionável que tal período, não acarretando a prestação de serviços, não será remunerado.
- e) A obrigação do empregador de remunerar seu empregado nos dias de repouso semanal compulsório e nos feriados advém do princípio de que essas pausas periódicas de trabalho constituem interrupção de prestação de serviços.

13) Na apuração da antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado:

- a) Da maioria dos membros presentes à sessão administrativa.
- b) Da maioria absoluta de seus membros.
- c) De 2/3 (dois terços) de seus membros.
- d) De 2/3 (dois terços) dos membros presentes à sessão administrativa secreta.
- e) De 3/5 (três quintos) de seus membros.

14) Com relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se as alternativas II e III estiverem corretas e as alternativas I, IV e V estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas I, II e V estiverem corretas e as alternativas III e IV estiverem incorretas.
- d) Se as alternativas III, IV e V estiverem incorretas e as alternativas I e II estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

I - As sociedades comerciais e civis, as empresas públicas e sociedades de economia mista, associações e fundações, inclusive as instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como as autarquias em regime especial, sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão estender a seus diretores não empregados o regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

II - Para os fins previstos na Lei 8.036/90, entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou direito público, da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

III - Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de três anos, a partir de 1^o de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, serão incorporados ao patrimônio do Fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido.

IV - Não é devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta vinculada do trabalhador, cujo contrato de trabalho seja declarado nulo, na hipótese prevista no art. 37, parágrafo segundo da Constituição da República.

V - A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.

15) Analise as questões abaixo:

I - O ato de transformação das sociedades depende de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.

II - Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos, sendo que a deliberação dos sócios da sociedade incorporada deverá aprovar as bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo, enquanto a deliberação dos sócios da sociedade incorporadora compreenderá a nomeação dos peritos para a avaliação do patrimônio líquido da sociedade, que tenha de ser incorporada.

III - Na fusão de sociedades, os sócios de cada uma delas poderão votar o laudo de avaliação do patrimônio, inclusive da sociedade de que façam parte.

IV - Salvo disposição em contrário, a transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, podendo, em qualquer caso, os terceiros rescindir o contrato em 90 (noventa) dias a contar da publicação da transferência.

V - A lei prevê a possibilidade de dissolução judicial da sociedade, sendo que, caso não esteja designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, não podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e IV e V são incorretas.
- b) Se apenas as alternativas II, III, IV e V são incorretas.
- c) Se apenas as alternativas I, III, IV e V são incorretas.
- d) Se todas as alternativas são incorretas.
- e) Se todas as alternativas são corretas.

16) Tendo em vista o texto das convenções 138 e 182 da OIT, promulgadas no Brasil pelos decretos 4.134, de 15.02.2002 e 3.597, de 12.09.2000, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – Está incluído dentre as piores formas de trabalho infantil o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, bem como a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças menores de 16 anos de idade, para execução de trabalhos domésticos ou agrícolas, principalmente quando o labor ocorrer fora da vigilância dos pais.

II – Os regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou treinamento adequado e específico no setor da atividade pertinente.

III – A convenção 138/OIT aplica-se, no mínimo, às atividades de: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade, água e gás; serviços sanitários; transporte, armazenamento e comunicações; plantações e outros empreendimentos agrícolas de fins comerciais, inclusive quando exercidos em propriedades familiares e de pequeno porte, que produzam para consumo local e não empregam mão-de-obra remunerada de forma regular.

IV – As leis e regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que não prejudiquem a saúde ou desenvolvimento e não prejudiquem a frequência escolar, a participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.

V – Dentre as piores formas de trabalho infantil estão previstas a utilização, recrutamento ou oferta de crianças para a prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas, bem como todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças.

17) Em relação aos efeitos do processo, quanto à eficácia e efetividade, pode-se dizer que:

I - O processo, como instrumento ético e democrático, não pode servir de salvaguarda dos valores individuais que a sociedade entende cultivar.

II - Por extraversatilidade processual entende-se a visão externa do processo, pelo juiz, na busca da verdadeira essência e finalidade da atividade jurisdicional.

III - São absolutamente conciliáveis as idéias de garantia à ampla defesa e ao contraditório com as de redução de prazos e supressão de recursos, desde que oriundas da legislação.

IV - Se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ressalvada a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

V - Os escopos jurídicos do processo representam a atuação da vontade concreta do Juiz, a efetividade da lei e os fins sociais a que se destina.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa II está correta.
- b) Apenas a alternativa III está correta.
- c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa V está correta.

18) Com relação aos títulos de crédito, conforme o disposto no Código Civil, é correto afirmar, exceto:

a) O título de crédito não comportará a inclusão de cláusula de estipulação de juros, de proibição de endosso, de excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesa, de dispensa de observância de termos e formalidades prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações. Se tais cláusulas nele forem inseridas, serão tidas como não escritas.

b) Pode-se dizer que a falta ou excesso de poder do subscritor do título ocorre quando aquele que, sem ter poderes, ou excedendo os que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, ficando pessoalmente obrigado, e, pagando o título, tem ele os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.

c) O aval é uma declaração cambial escrita na própria cártula, pela qual seu subscritor, estranho ou não à relação cambiária, assume obrigação solidária para garantir pagamento de dívida pecuniária, resguardando-a de vícios que possam inquinar sua substância, sendo que o avalista obriga-se pelo valor total do débito consignado.

d) Ao endossatário de endosso em branco é vedado mudá-lo para endosso em preto, mas pode endossar novamente o título ou transferi-lo sem novo endosso.

e) O título de crédito é nominativo se contiver uma declaração receptícia de vontade dirigida a pessoa identificada, sendo a prestação por esta exigível. Logo, o credor da obrigação será a pessoa em cujo favor se emite a declaração, a qual poderá investir uma outra na sua titularidade por meio das normas atinentes à cessão de crédito, exceto se houver cláusula proibitiva. É, portanto, o emitido em prol da pessoa cujo nome constar no registro em livro do emitente.

19) Analise as propostas abaixo e assinale:

- a) Se as alternativas I, III e IV estiverem incorretas e as alternativas II e V estiverem corretas.
- b) Se as alternativas I, II, III e V estiverem corretas e a alternativa IV estiver incorreta.
- c) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- d) Se as alternativas III e IV estiverem incorretas e as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

I - No processo de execução, é possível a oitiva de testemunhas, a critério do juiz, quando da interposição de embargos à execução.

II - Para opor embargos, é despciendo que o terceiro seja senhor e possuidor, ou somente possuidor dos bens apreendidos. Em ambos os casos ele recebe, da norma legal, a necessária legitimidade para tencionar exclui-los da constrição judicial.

III - A fraude de execução não se confunde com a fraude contra credores; na fraude de execução, a má-fé por parte do devedor não precisa ser provada pelo credor, como se lhe exige no caso de fraude contra credores, pois é presumida pela própria norma legal; além disso, enquanto os atos praticados em fraude contra credores são anuláveis, os realizados em fraude de execução são ineficazes. Os primeiros são desconstituídos; os segundos, declarados nenhum.

IV - Os embargos de terceiro são oponíveis apenas na execução e deverão ser opostos até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

V - Existe marcante distinção entre os embargos à penhora ou à execução e a impugnação à liquidação. Os primeiros configuram um ataque à legalidade da constrição e a segunda configura simples pretensão a novo exame do valor monetário, fixado através dos atos de acertamento ou liquidação, que agregaram à certeza do direito a liquidez da obrigação.

20) Em relação à organização sindical, é correto afirmar:

- a) O trabalhador aposentado filiado ao sindicato, tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais.
- b) O presidente da federação ou confederação da categoria profissional, será escolhido dentre os seus membros, pela diretoria, e não pelos trabalhadores da base de representação.
- c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, salvo se a assembléia geral decidir o contrário.
- d) É facultada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- e) Salvo previsão contrária em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

21) Empresas que pretendem contratar empregados indígenas deverão observar o que se segue, exceto:

- a) Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.
- b) Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com os índios isolados, ou seja, aqueles que vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional.
- c) Os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração, ou habitantes de parque ou colônias agrícolas, dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio.
- d) Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas integrados, ou seja, aqueles que, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.
- e) Será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente.

22) Em relação ao Inquérito Civil Público, pode-se afirmar que:

- I - Tem como objetivo a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses individuais, difusos e coletivos.
- II - O seu procedimento é de natureza administrativa e, em face de sua finalidade, possui também a natureza inquisitorial.
- III - Em se tratando de ação civil pública, qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público.
- IV - O inquérito civil público, dado o seu caráter inquisitório, não está sujeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
- V - O direito ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado é um direito difuso, e, como tal pode ser objeto de inquérito civil público.

Em face das afirmativas acima, assinale a alternativa correta:

- a) Só a alternativa II está errada.
- b) Só as alternativas I e IV estão erradas.
- c) Só as alternativas I e III estão erradas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.
- e) As alternativas I e V estão erradas.

23) No que diz respeito à figura da revelia no Processo do Trabalho, inclusive considerada a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a) Contra o revel correrão os prazos independentemente de intimação, mas será sempre notificado da sentença. Poderá ele, no entanto, intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra.
- b) Quando a revelia tiver se dado por motivo de saúde da parte ou de seu representante, só será ilidida por atestado médico que deverá declarar expressamente a impossibilidade de locomoção do empregador ou seu preposto, no dia da audiência.
- c) A presença do advogado na audiência, munido de procuração e defesa, não é bastante para ilidir a revelia, quando ausente o reclamado ou seu preposto.
- d) O comparecimento do preposto, apresentando a contestação, ainda que ausente o advogado, não enseja a declaração de revelia.
- e) A ausência do reclamante à audiência em prosseguimento, quando já contestada a ação, não importa em arquivamento do processo, mas gera sempre a sua confissão ficta.

24) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Em se tratando de atos administrativos, a lei é a fonte da discricionariedade, que só existe nos espaços por ela deixados, ainda que por omissão.

II – O âmbito de atuação discricionária da Administração Pública nunca é total, sendo que alguns aspectos são sempre vinculados à lei.

III – Relativamente ao motivo do ato administrativo, assim considerado o pressuposto de fato que antecede a sua prática, é ele sempre discricionário.

IV – Quanto aos atos administrativos vinculados, tendo em vista a definição de todos os elementos na lei, caberá ao Judiciário examinar, em todos os seus aspectos, a conformidade do ato com a lei, podendo decretar a nulidade quando isso não ocorrer.

V – Quanto aos atos administrativos, vinculados ou discricionários, caberá ao Judiciário examinar, em todos os seus aspectos a conformidade do ato com a lei, sendo desnecessário atentar para a discricionariedade atribuída à Administração Pública na lei.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

25) Invocando-se, subsidiariamente o Processo Civil e a jurisprudência consolidada pelo TST, pode-se afirmar as seguintes conseqüências do litisconsórcio simples e unitário em alguns atos processuais trabalhistas, exceto:

- a) No caso de litisconsórcio simples os efeitos das liminares e da própria sentença cautelar alcançarão a todos os litisconsortes, pois que uniformes os seus interesses; no litisconsórcio unitário os efeitos das liminares e da própria sentença cautelar poderão variar entre os litisconsortes, de acordo com o direito e o requerimento de cada um.
- b) No litisconsórcio simples, cada litisconsorte deverá interpor o recurso que lhe aprouver; no litisconsórcio unitário, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- c) No litisconsórcio simples o oferecimento de embargos à execução por um dos litisconsortes devedores não suspende a execução contra os demais, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante; no litisconsórcio unitário, o oferecimento de embargos à execução por um dos litisconsortes devedores aproveitará a todos os outros.
- d) No caso de litisconsórcio, ativo ou passivo, as custas incidem sempre sobre o valor global da condenação.
- e) No litisconsórcio simples poderá o reclamado reconvir de cada um dos autores, separadamente; no litisconsórcio unitário, só se poderá admitir a reconvenção contra os autores, em conjunto.

26) Quanto ao Código de Defesa do Consumidor – Lei 8078, de 11.09.90, assinale a proposição falsa:

- a) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- b) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando da sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- c) Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, não fazendo coisa julgada “erga omnes”, se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- d) Para o parágrafo 2º. do art. 3º. da Lei 8.078/90, serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- e) Quanto à desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, é correto afirmar que o juiz também poderá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

27) Uma das grandes dificuldades práticas na aplicação do Direito Processual Civil, tem sido a fixação dos limites entre a tutela cautelar (art. 798) e a tutela antecipatória (art. 273). Existe, no entanto, clara distinção entre ambas as pretensões e os provimentos que as veiculam, podendo-se dizer que a tutela cautelar se limita à outorga de providências de índole distinta da pretensão substancial, com o propósito de garanti-la, enquanto a antecipação da tutela adianta a própria pretensão substancial, que, devendo normalmente ser reconhecida na sentença, tem os efeitos antecipados *initio litis*.

Com base em tal premissa, assinale a afirmativa incorreta:

- a) A entrega do bem na reivindicatória (ou na imissão de posse) é antecipação de tutela; o mero seqüestro é tutela cautelar.
- b) A suspensão da exigibilidade de um tributo é antecipação de tutela; a declaração da inexigibilidade de um tributo é tutela cautelar.
- c) A entrega de valores confiscados é antecipação de tutela; o seu depósito em conta judicial é tutela cautelar.
- d) A baixa de um título protestado é antecipação de tutela; a suspensão do protesto é tutela cautelar.
- e) A anulação de uma assembléia (de sociedade ou condominial) é antecipação de tutela; a suspensão da sua eficácia é tutela cautelar.

28) Sobre a classificação dos bens móveis e imóveis é correto dizer que:

- a) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- b) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, perdem o caráter de imóveis.
- c) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, perdem o caráter de imóveis.
- d) Não são considerados móveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.
- e) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, exceto os destinados à alienação.

29) Quanto ao financiamento da seguridade social, assinale a assertiva correta:

- a) A contribuição social dos trabalhadores limita-se aos que mantêm vínculo empregatício.
- b) Os empregadores domésticos não contribuem para o financiamento da seguridade social.
- c) Não compõem o orçamento da seguridade social receitas da União.
- d) Não são receitas da seguridade social as decorrentes de multas, atualização monetária e juros moratórios.
- e) Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos.

30) Assinale a alternativa correta, após atenciosa leitura das proposições abaixo, que dizem respeito ao contrato de franquia ou “franchising”, regulado pela lei 8955, de 15.12.1994.

- a) O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas, só tendo validade após ser levado a registro perante cartório ou órgão público.
- b) Quando o franqueador veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, ficará sujeito à penalidade prevista no parágrafo único do artigo 4º. da Lei 8955/94, podendo o franqueado argüir a anulabilidade do contrato e exigir a devolução de todas as quantias que já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicados, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas.
- c) Pelo contrato de franquia empresarial, o franqueador vende ao franqueado a marca ou patente de produtos ou serviços, e, eventualmente, também a tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador.
- d) É desnecessário constar da circular de oferta de franquia a ser fornecida ao franqueado a indicação precisa de todas as pendências judiciais em que estejam envolvidos o franqueador, as empresas controladoras e titulares de marcas, patentes e direitos autorais relativos à operação, e seus subfranqueadores, questionando especificamente o sistema da franquia ou que possam impossibilitar o seu funcionamento.
- e) A circular oferta de franquia poderá ser entregue ao candidato a franqueado no ato da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia.

31) Assinale a alternativa incorreta, após atenciosa leitura das proposições abaixo, todas elas concernentes à disciplina jurídica aplicável às Sociedades Anônimas:

- a) O capital da companhia ou sociedade anônima é dividido em ações, sendo que a responsabilidade dos sócios ou acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- b) É proibida a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal, sendo que a infração à referida proibição implicará nulidade do ato ou operação e responsabilidade dos infratores, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.
- c) Um dos requisitos preliminares para a constituição da companhia é a subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- d) O acionista da Sociedade Anônima pode ser privado de participar dos lucros sociais, desde que haja previsão a respeito no estatuto social ou em face de deliberação pela assembléia geral.
- e) O acionista controlador da Sociedade Anônima responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.

32) Em face das normas do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- I** - Quando o Juiz indeferir a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua própria decisão.
- II** - Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
- III** - Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, não podendo o processo desenvolver-se por impulso oficial.
- IV** - A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- V** - Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

Leia as afirmativas acima e assinale:

- a) Se apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Se apenas os itens II, IV e V estão incorretos.
- c) Se apenas os itens III e V estão incorretos.
- d) Se apenas o item I e III estão incorretos.
- e) Se todos os itens estão incorretos.

33) Relativamente aos princípios fundamentais previstos na Constituição da República – arts. 1º. ao 4º., é incorreto afirmar que:

- a) O princípio republicano, previsto no art. 1º. da Constituição da República não é protegido contra emenda constitucional, não constituindo núcleo imodificável por essa via.
- b) Os princípios da cidadania, dignidade da pessoa humana, justiça social e não discriminação são enumerados pela Constituição da República dentre os princípios fundamentais.
- c) O princípio fundamental atinente à separação dos poderes está enunciado no art. 2º. da Constituição da República, onde consta que “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.
- d) O princípio republicano é protegido contra os Estados, sendo prevista a intervenção federal naquele Estado que o desrespeitar, nos termos da alínea “a”, inciso VII do art. 34 da Constituição da República.
- e) São enumerados dentre os princípios fundamentais pela Constituição da República os princípios da legalidade, da isonomia, do contraditório e do devido processo legal.

34) Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas, sendo que a justificação prévia do pedido far-se-á em segredo de justiça, se for indispensável.
- b) O mandado de busca e apreensão será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas, quando, se não atendidos, arrombarão as portas externas, bem como as internas e quaisquer móveis onde presumam que esteja oculta a pessoa ou a coisa procurada.
- c) Tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.
- d) A produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunha e exame pericial.
- e) Só há falar em produção antecipada da prova, quando houver necessidade de interrogatório da parte, inquirição de testemunha e exame pericial antes do ajuizamento da ação.

35) Inserem-se na competência exclusiva do Congresso Nacional, nos termos do art. 49 da Constituição da República, as abaixo enumeradas, exceto:

- a) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- c) Fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- d) Aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- e) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, procedendo à tomada de contas do Presidente, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

36) Analise as proposições abaixo, todas elas atinentes à regulação constitucional dos orçamentos, e aponte a alternativa incorreta:

- a) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo.
- b) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- c) É possível haver transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem previsão legal, mediante justificação escrita ou celebração de convênios entre os órgãos.
- d) A LOA – lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público será inserido na lei orçamentária anual.

37) Dentre as proposições abaixo, todas elas indicam verbas que não integram o salário de contribuição para os fins da Lei 8.212/91, que cuida da organização e custeio da Previdência Social, exceto:

- a) salário-maternidade.
- b) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da CLT.
- c) Os benefícios da previdência social, bem como parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei 6321/76.
- d) As diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal, bem como a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei 6494/77.
- e) A importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa.

38) Em relação ao processo de Dissídio Coletivo e à sentença normativa pode-se dizer que:

I - Decorrido mais de um ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

II - A decisão normativa sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal, por solicitação de um ou mais empregadores, ou de qualquer sindicato destes, desde que três quartos dos empregadores e três quartos dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.

III - Não é admitida, no âmbito de sentença normativa, a concessão de reajuste/aumento salarial em favor de servidores públicos, ainda que regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

IV - A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prerrogativa exclusiva das entidades sindicais profissionais e patronais.

V - A sentença normativa possui caráter genérico e abstrato, fruto do exercício de um poder discricionário, calcado na oportunidade e conveniência, com natureza própria de poder legiferante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item V está incorreto.
- b) Apenas os itens III e IV estão incorretos.
- c) Apenas o item IV está incorreto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Se todos os itens estão incorretos.

39) Analise as afirmativas abaixo, todas elas ligadas à Lei de Organização e Custeio da Previdência Social, e assinale a alternativa correta:

I – A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

II – A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

III – A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, respeitado sempre o princípio da universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.

IV – A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e da lei 8212/91, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

V – É segurado obrigatório da Previdência social, como contribuinte individual, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

40) Após atenta leitura das assertivas apresentadas, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, nos termos previstos pelo art. 294 do Código de Processo Civil, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, alterar o pedido após ter sido o réu citado.

II – Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o pedido ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, ainda que seja assegurada ao réu nova oportunidade de defesa, pois o processo estará pronto para o imediato julgamento.

III – O pedido deve ser certo ou determinado, sendo incorreto formular, em qualquer caso, pedido genérico, nos termos do art. 286 do Código de Processo Civil.

IV – Quando o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo, e o autor não formular pedido alternativo, o juiz não pode assegurar ao devedor o direito de cumprir a prestação de um ou outro modo, sob pena de proferir julgamento “ultra” ou “extra petita”.

V – É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

41) Sobre os crimes contra a honra:

I – não se admite a exceção da verdade, quando o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

II – no crime de injúria o juiz pode deixar de aplicar a pena, no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

III - constitui difamação punível o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

IV – Não é punível calúnia contra os mortos.

V – A simples propagação ou divulgação de uma calúnia não constitui crime.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a alternativa II está correta.
- b) As alternativas I e IV estão corretas.
- c) As alternativas II e V estão corretas.
- d) Somente a alternativa IV está correta.
- e) Somente a alternativa III está correta.

42) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A sentença condenatória produz a hipoteca judiciária, embora a condenação seja genérica ou quando pendente arresto de bens do devedor, desde que o credor não possa promover a execução provisória da sentença, quando é possível a penhora do bem imóvel.

II – A defesa processual é sempre indireta, enquanto a defesa de mérito é sempre direta.

III – Pelo princípio da eventualidade ou concentração da defesa, em qualquer hipótese, incumbe ao réu formular de uma só vez na contestação, todas as defesas de que dispõe, sejam elas de caráter formal/processual ou material, ressalvando-se exclusivamente aquelas que constituem objeto de exceção e reconvenção.

IV – Há conexão entre duas ou mais ações, sempre que lhes for comum o objeto e a causa de pedir.

V – Em qualquer caso, há sempre identidade entre as partes na relação de direito processual e na relação de direito material, pois a capacidade que se exige da parte para o processo é a mesma que se reclama para os atos da vida civil.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

43) Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa incorreta:

- a) A despeito de o parágrafo 1º. do art. 162 do Código de Processo Civil dispor que “sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa”, em verdade, a sentença, por si só, não extingue a relação jurídica processual, mas tão-somente põe fim à função do órgão jurisdicional perante o qual o processo corria.
- b) As decisões terminativas, que põem fim ao processo sem resolverem o mérito, produzem apenas coisa julgada formal, enquanto as decisões definitivas, que decidem o mérito da causa, no todo ou em parte, produzem coisa julgada formal e material.
- c) A relação processual só se encerra quando se dá a coisa julgada formal, ou seja, quando o pronunciamento jurisdicional se torna irrecorrível.
- d) Após publicar a sentença o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, não podendo alterá-la em qualquer hipótese, exceto quando opostos embargos de declaração por uma das partes.
- e) São decisões terminativas aquelas que correspondem aos casos de extinção previstos no art. 267 do Código de Processo Civil, sendo decisões definitivas aquelas proferidas nas hipóteses enumeradas pelo art. 269 do Código de Processo Civil.

44) Dentre as proposições abaixo, apenas uma delas contém afirmação correta, considerada a legislação processual civil vigente. Marque-a:

- a) Podem promover a execução, exclusivamente, o credor a quem a lei confere título executivo, bem como o Ministério Público, nos casos prescritos em lei.
- b) A sentença arbitral é considerada título executivo judicial pelo art. 584 do Código de Processo Civil.
- c) Considera-se feita a penhora mediante a apreensão dos bens, nos termos previstos no art. 664 do Código de Processo Civil.
- d) Se o devedor não pagar, nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios, não havendo previsão legal no sentido de que o credor possa nomear bens do devedor para penhora.
- e) O juiz pode conceder autorização para que navios ou aeronaves penhorados continuem navegando ou operando até a alienação, ficando a seu critério exigir ou não a contratação de seguro contra riscos.

45) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, considerando a previsão contida nos artigos 3º. e 4º. do Código Civil, no que tange à capacidade das pessoas naturais:

- I – São absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, bem como aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- II – Os pródigos e os silvícolas são considerados incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, pelo art. 4º. do Código Civil.
- III – Os surdos-mudos são reputados absolutamente incapazes.
- IV – Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são considerados absolutamente incapazes.
- V – Os ausentes, declarados tais por ato do juiz, bem como os loucos de todo o gênero, são considerados absolutamente incapazes.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

46) Não é correto afirmar que:

- a) Consideram-se interessados para requerer a declaração de ausência e abertura provisória da sucessão apenas o cônjuge não separado judicialmente e os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
- b) O legítimo curador do ausente será seu cônjuge, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato há mais de dois anos antes da declaração de ausência.
- c) É possível a declaração de morte presumida, sem decretação de ausência, sempre que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, e também quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- d) Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas, equivalentes aos quinhões respectivos, exceto os ascendentes, descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, os quais poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.
- e) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.

47) Analise as proposições abaixo, todas elas concernentes à regulamentação legal das Fundações contida no Código Civil, assinalando a única opção correta.

- a) A fundação poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais, desportivos, de assistência, ou outros de interesse público, a critério do instituidor.
- b) Qualquer alteração no estatuto da fundação deve ser deliberada por dois terços das pessoas competentes para geri-la e representá-la, não podendo contrariar ou desvirtuar sua finalidade, sendo necessária aprovação pelo órgão do Ministério Público, que não pode ser suprida pelo juiz, ainda que a requerimento do interessado.
- c) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas, não sendo atribuído tal encargo ao Ministério Público Federal em qualquer hipótese.
- d) Quando aqueles, a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio destinado à fundação, após terem ciência do encargo, não elaborarem o estatuto da fundação projetada, no prazo estipulado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em 180 dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.
- e) A extinção da fundação será promovida pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, sempre que a finalidade a que visa, se tornar ilícita, impossível ou inútil, ou quando vencido o prazo de sua existência, retornando o patrimônio ao instituidor da fundação ou seus herdeiros.

48) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades e as fundações.
- II – O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- III – A proteção dos direitos da personalidade aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber.
- IV – As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, não havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- V – Nos termos do art. 56 do Código Civil, a qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

- a) A proposição I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) A proposição II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) A proposição III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são falsas.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

49) Não é correto afirmar que:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- b) Quando a pessoa natural não tiver residência habitual, ter-se-á por domicílio dela o lugar onde for encontrada.
- c) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso têm domicílio necessário.
- d) As pessoas jurídicas de direito privado têm como domicílio o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos, ainda que tenham diversos estabelecimentos em lugares diferentes.
- e) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida, sendo que se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

50) Analise as proposições abaixo, todas elas ligadas à disciplina legal contida no Código Civil a respeito “Dos contratos em geral” e assinale a alternativa correta:

I – O código civil consagra regra no seu art. 441, pela qual a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios redibitórios, o mesmo sendo aplicável às doações onerosas.

II – A evicção, assim entendida como vícios ou defeitos ocultos, que tornem a coisa imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, leva o alienante a responder pela restituição do preço recebido à outra parte contratante.

III – A arguição da exceção de contrato não cumprido ou “exceptio non adimpleti contractus” pode ocorrer nos contratos bilaterais, quando nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

IV – Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Entretanto, referida garantia não subsiste quando a aquisição se tenha realizado em hasta pública, uma vez que na hipótese o responsável pela alienação é o juiz e não o proprietário do bem alienado.

V – A liberdade de contratar é ilimitada, pois ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, salvo em virtude de lei.

- a) São falsas as proposições II, IV e V.
- b) São falsas as proposições I, II e IV.
- c) São falsas as proposições III, IV e V.
- d) Apenas a proposição I é falsa e as demais são verdadeiras.
- e) Apenas a proposição II é falsa e as demais são verdadeiras.